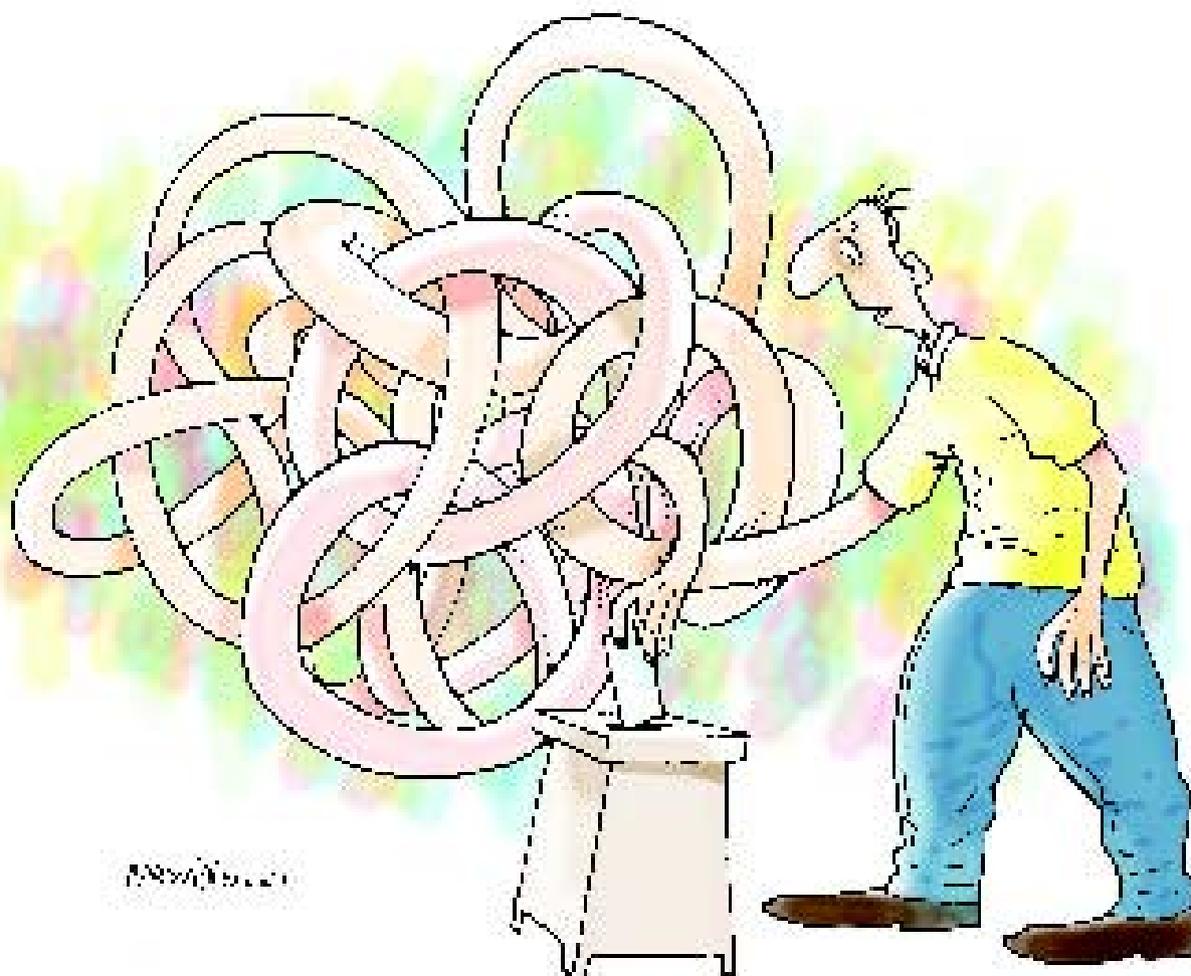


QUEM TEM MEDO DE DIRETAS PARA REITOR?

Francisco Miraglia
Professor titular do IME-USP



Qualquer reflexão ponderada sobre o atual processo de escolha, cujas regras foram definidas pelo Estatuto de 1988, rapidamente indicará sua falta de legitimidade. É fundamental que alunos, professores e funcionários organizem ampla campanha em prol de eleições diretas na USP

Em 2001, comemoramos vinte anos da realização da primeira eleição para reitor na história da USP. Fruto da organização do Primeiro Encontro da Comunidade Universitária, organizado em 1981 por Adusp, Associação de Servidores da USP-Asusp (na época a sindicalização de servidores públicos era proibida) e DCE, o professor Dalmo de Abreu Dallari assumiu o programa mínimo aprovado no Encontro, sendo candidato a eleições em que poderiam votar todos os alunos, professores e funcionários. Na carta-programa assinada por Dalmo Dallari podemos ler:

“Pela primeira vez na história da USP foi dado um passo concreto no sentido da integração da comunidade universitária. Professores, alunos e funcionários, reunidos no Primeiro Encontro da Comunidade Universitária, decidiram reivindicar o direito de manifestar sua opinião quanto à organização e ao funcionamento da USP, para que se atualizem os métodos de trabalho e os objetivos da Universidade, de acordo com as necessidades e aspirações da sociedade brasileira.”

Refletindo a pauta mínima aprovada pelo Primeiro Encontro, eram pontos fundamentais deste programa a democratização e descentralização da estrutura de poder na USP, a valorização do RDIDP, a luta pela autonomia e a inserção da Universidade “na vanguarda do processo de democratização e de correção das injustiças da sociedade brasileira”.

Tabela 1 - Eleição direta organizada em 1985

| Candidato | Voto Docente | Voto Funcionário | Voto Aluno | Voto paritário |
|--------------------------|--------------|------------------|------------|----------------|
| Guilherme Rodrigues | 1.044 | 2.179 | 2.991 | 15.571 |
| Dalmo Dallari | 978 | 1.199 | 4.046 | 13.026 |
| José Goldemberg | 1.481 | 759 | 1.133 | 11.214 |
| Denisard Alves | 431 | 1.521 | 577 | 7.840 |
| Carlos Alberto B. Dantas | 971 | 409 | 395 | 6.709 |
| Flávio Fava de Moraes | 784 | 631 | 193 | 6.293 |
| Antônio Guimarães Ferri | 504 | 615 | 115 | 4.733 |
| Jacques Marcovitch | 577 | 222 | 271 | 3.953 |
| Oscar Sala | 382 | 82 | 47 | 2.268 |
| André R. Cruz | 245 | 246 | 84 | 2.153 |
| Vivente Marotta Rangel | 165 | 310 | 74 | 1.948 |
| Salim Simão | 184 | 268 | 105 | 1.936 |
| Sylvio Ferraz Melo | 75 | 71 | 12 | 631 |
| Peso na Paridade | 5,10 | 3,33 | 1 | |

Embora recebendo 18.000 votos entre alunos, professores e funcionários, Dallari não teve seu nome indicado pelo Conselho Universitário da USP (CO), formado por cerca de uma centena de pessoas — como hoje — para a lista tríplice a ser enviada ao governador.

Em 1985, tivemos outra experiência de eleição direta. Dessa vez vários candidatos vieram para o debate público, submetendo-se à votação do corpo da universidade. Compareceram às urnas 3.402 professores, 8.871 funcionários e 10.423 alunos, num total de 22.696 votantes! A lista dos candidatos, e a sua votação bruta e paritária, aparecem na **tabela 1**. É importante registrar que, no caso dos docentes, votava-se em até três nomes, contrariando decisão tanto do I Encontro, quanto do II Congresso da USP, realizado em 1984.

Embora possa parecer inacreditável para quem não é da USP, os

nomes de Guilherme Rodrigues da Silva e Dalmo Dallari não constavam da lista tríplice indicada pelo CO. Aparecia apenas o nome de José Goldemberg, o candidato do então governador Montoro para a Reitoria da USP.

Após toda esta experiência, que acompanhava a luta pela recuperação de direitos básicos de cidadania e a defesa dos serviços públicos (que continuam até hoje), a universidade viveu a expectativa de mudança de Estatuto, de forma a afastá-la do legado autocrático e tecnocrático da ditadura militar. Em 1987, Adusp, Sintusp e DCE organizam o III Congresso da USP, que aprova diretrizes, eixos e propostas para reorganizar a USP. Registre-se que movimento semelhante está ocorrendo em todo o Brasil, onde professores, alunos e funcionários reúnem-se para lutar pela democratização da universidade, tanto pública quanto privada.

A perspectiva da comunidade era a convocação de uma Assembleia democrática, com a finalidade específica de discutir e aprovar os Estatutos da USP. Não era concebível que o CO, cuja constituição era obra da ditadura militar, fosse encarregado desta tarefa. Para obter este avanço político seria necessária grande mobilização da comunidade universitária — ledor engano supor que só argumentos e legitimidade podem mover o poder institucional na USP —, que não foi possível naquele momento. Insistimos que pelo menos o voto no CO fosse aberto e nominal. Nem isso foi aprovado. O Estatuto da USP votado em 1988 reflete a manobra das oligarquias que controlavam o poder na USP, aliadas aos interesses de uma tecnocracia emergente, para manter autocrático o exercício do poder na USP.

Todas as propostas aprovadas no III Congresso foram levadas ao CO que deliberava sobre o “novo” Estatuto. Só duas foram aprovadas: unificação das funções de adjunto e livre docente no posto de professor associado, e o Conselho Social, que nunca foi implantado. O resultado prático da “reforma” de 1988 foi alguma mudança de forma, que possibilitou o aumento da concentração de poder. O CO permanece constituído por uma maioria esmagadora de professores titulares, e os diretores de unidade continuam a ser indicados pelo reitor, a partir de lista tríplice feita pelas congregações das Unidades.

A capacidade decisória de Departamentos sobre questões acadêmicas foi diminuída e foram criados organismos centrais de arbí-



Na sucessão de 1997, a Adusp realizou diversos debates entre os candidatos

trio, como a CERT, cujos membros são da escolha exclusiva do reitor. Paulatinamente, instalaram-se o regime de terror e a administração industrial do trabalho acadêmico. A docência foi desprestigiada, o RDIDP desfigurado, e a privatização do bem público, seja através das fundações, seja através de outros meios, foi incentivada.

As regras para indicação de reitor aprovadas em 1988, vigentes até hoje, são um exemplo disto. Reúne-se um colégio eleitoral, de cerca de 1.400 pessoas, constituído por Congregações e Conselhos Centrais, com maioria absoluta de professores, que elege uma lista composta de

oito professores titulares. Esta lista é encaminhada à reunião do CO com os Conselhos Centrais — totalizando cerca de 280 pessoas, que faziam parte do Colégio anterior — que escolhe três dentre os oito indi-

cados. Esta lista tríplice por sua vez é enviada ao governador do Estado.

Qualquer reflexão ponderada sobre este processo rapidamente indicará sua falta de legitimidade. Um processo, aliás, bem distinto do que

ocorre na maioria das universidades brasileiras, inclusive na Unicamp e, especialmente, na Unesp.

Entre 1985 e 1993, dada a impossibilidade de ampla movimentação de professores, alunos e fun-

O Estatuto votado em 1988 reflete a manobra das oligarquias para manter autocrático o poder na USP

cionários que garantisse eleições diretas, a providência da Adusp na época de indicação de reitor foi promover o mais amplo debate sobre as propostas daqueles que pareciam ser candidatos a reitor. É necessário dizer “pareciam”, uma vez que o modo palaciano que caracteriza a escolha de reitor na USP não inclui inscrições oficiais. Era a tentativa da Adusp de evitar, mesmo que com eficiência limitada, que a indicação para reitor fosse decidida apenas por conchavos e negociações de gabinete.

Em 1997, após vários debates promovidos entre aqueles que declaravam-se candidatos à Reitoria, a Adusp organizou uma consulta entre os docentes, na qual além de perguntar o nome preferido para reitor, inquiria-se sobre se deveria ou não ser mantida a forma de indicação do reitor. Dentre os 1.289 docentes que votaram, 67% manifestaram-se pela mudança na forma de indicação de reitor. Quanto ao nome preferido para reitor, a **tabela 2** indica a votação nesta consulta.

Dentro do Colégio Eleitoral, a professora Myriam Krasilchik ficou em primeiro lugar, o professor Erney Plesmann de Camargo em segundo e o atual reitor em terceiro. Na lista indicada pelo colégio restrito (CO mais Conselhos Centrais) constavam os nomes da professora Myriam Krasilchik e do professor Jacques Marcovitch, mas não o do professor Erney Plesmann de Camargo.

Os debates promovidos entre os candidatos e a consulta realizados em 1997 criaram uma atmosfera de



Consulta aos docentes, em 1997, indicou que 67% queriam mudanças no processo

Tabela 2- Consulta organizada pela Adusp em 1997

| Candidato | Número de votos | % do total |
|---------------------------------|-----------------|------------|
| Adolpho Melfi | 81 | 6,3 |
| Carlos Alberto B. Dantas | 69 | 5,4 |
| Erney Plesmann de Camargo | 498 | 38,6 |
| Gil da Costa Marques | 81 | 6,3 |
| Jacques Marcovitch | 182 | 14,1 |
| Myriam Krasilchik | 170 | 13,2 |
| Votos em branco | 108 | 8,4 |
| Outros candidatos e votos nulos | 100 | 7,7 |

discussão política sobre os rumos da universidade. No entanto, seu alcance foi limitado. Os avanços que obtivemos nos últimos quatro anos, em relação à questão dos contratos precários, aos abusos da CERT e aos salários, entre outros, devem-se à renhida luta organizada, que no caso dos salários exigiu o recurso à greve.

É fundamental, portanto, que alunos, professores e funcionários, seguindo deliberações reiteradas desde o Primeiro Encontro em 1981

até o IV Congresso, em abril de 2001, organizem ampla campanha em prol de eleições diretas para reitor. Sabemos todos que a democratização da universidade não se resume a eleições de dirigentes, mas exige o esforço contínuo para transformar as relações entre os componentes da universidade e desta com a sociedade. Ainda assim, é passo importante para que a USP se torne instrumento de um desenvolvimento social e econômico pautado pela equanimidade e a justiça. RA